

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna desta Casa, na manhã desta quarta-feira, para falar da força de educação que se faz presente no Brasil.

Neste momento, milhares de brasileiros estão renovados em seu pleno direito democrático de exigir prioridade para o ensino, a ciência e as tecnologias. Ferramenta única de inovação no caminho do desenvolvimento social e econômico para um novo país, a educação, em todos os seus níveis — básico, superior e tecnológico —, é eminentemente política pública transformadora de realidade.

E é por esse magnífico monopólio de força motriz do desenvolvimento de uma nação que a educação ganha as ruas, o grito e a atenção do País, reclamando por respeito, responsabilidade e investimentos.

*Pari passu* com as manifestações democráticas apertadas, ordeiras e pacíficas, majoritariamente como se viu por todo o País, esta Casa convocou o ilustre Ministro na ânsia de se conhecer o projeto de educação, pelo qual seria possível desprezar o trabalho que vem sendo promovido nas instituições e escolas públicas.

No entanto, as seis horas que em plenário estivemos reunidos com o digno Ministro serviram para reafirmar não só o grande desconhecimento das urgências operacionais de financiamento do ensino superior, como, principalmente, o desconhecimento dos inúmeros planos municipais e estaduais, aprovados em cada Câmara Legislativa, que constituem no conjunto o Plano Nacional de Educação, aprovado por este Congresso.

Simplemente, o encontro foi pautado na questão orçamentária que, conforme apresentado, não só exigiu os contingenciamentos feitos, como provavelmente demandará outros, vez que são dependentes do vigor de arrecadação — arrecadação esta que se vem mostrando excessivamente tímida frente aos prognósticos que embalaram o País durante a campanha eleitoral do atual Governo.

E é nesse cenário decepcionante, inquietante e angustiante de baixa arrecadação — situação amplamente acompanhada pelos brasileiros através de todas as mídias atuantes — que estudantes e profissionais da educação brasileira buscam soluções. Não é, Sras. e Srs. Deputados, por causa da baixa arrecadação, mas, sim, por causa e apesar dela que o Brasil precisa priorizar a educação.

Compreender essa questão capacita-nos a vencer a condição adversa que mantém o Brasil ainda longe do rol das grandes economias presentes na OCDE, destino que o Governo claramente aponta como alvo. Fazer o desenvolvimento do Brasil sair do papel requer de fato muitas e céleres iniciativas, quebra de paradigmas e soluções inovadoras para as práticas legais e de gestão da coisa pública na relação com o privado. Não há dúvida disso. Mas se requer igualmente reconhecimento e prática da educação como força estratégica para a modernidade da Nação e o crescimento da produtividade do País perante o mundo globalizado. E foi essa certeza que impulsionou milhares de pessoas a irem às ruas.

Para além do protesto contra os contingenciamentos orçamentários no ensino superior, que, à primeira vista, seriam o único motivo, na verdade há um clamor por um futuro que eles veem ameaçado pela ignorância, insensatez e irresponsabilidade com a única oportunidade que vislumbram para si e para o País.

Optar por modernizar o Brasil é obrigatoriamente optar por educar os brasileiros! Essa visão exige compromisso com o futuro, para que o País não permaneça ancorado numa qualidade nunca priorizada. Educação é prática que emana essencialmente conhecimento e relação humana, mesmo ou principalmente no mundo tecnológico, digital e virtual.

Assim sendo, priorizá-la significa fortalecer carreiras e meios de ação técnica e científica; significa valorar professores, alunos e sociedade científicotecnológica; significa cumprir leis e respeitar os planos construídos

com a sociedade para o alcance da nação que o brasileiro quer.

Se, de um lado, trabalho, renda e cidadania são condições para as quais se exige informação, formação e pós-formação contínuas, de outro, produtividade, crescimento econômico e ganhos fiscais são proporcionalmente dependentes das soluções educacionais de um país.

Assim, Sr. Presidente, em consonância com os preciosos trabalhos da Frente Parlamentar da Educação e do requerimento que fiz para a realização de audiência pública com representantes dos diversos níveis de gestão da educação, reafirmo a necessidade de aproximarmos o MEC do chão das universidades e das escolas públicas. O objetivo não é outro senão evitar que as soluções orçamentárias e fiscais do Governo promovam ambiente insustentável para o crescimento do País e desenvolvimento da Nação Brasil.

Esta Casa, que ora convoca, ora convida os responsáveis pelas temáticas de maior valor para a sociedade brasileira, aqui representada, deverá certamente concordar em promover esse encontro de especialistas para se debruçarem sobre a matemática do desenvolvimento, dentro do cenário real de arrecadação e prioridades.

Assim, seguimos na expectativa de compreender que quem está comprometido com o futuro há de privilegiar a educação como fator exponencial das oportunidades de um povo, de uma nação.